

Bruno Feigelson

Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Advogado e professor universitário.

**Curso
de Direito**

Minerário

2ª edição

2014

100 ANOS
 **Saraiva**



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP

CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia

Gerência executiva Rogério Eduardo Alves

Gerência editorial Thais de Camargo Rodrigues

Assistência editorial Daniel Pavani Naveira

Coordenação geral Clarissa Boraschi Maria

Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e

Ana Cristina Garcia (coords.)

Luciana Cordeiro Shirakawa

Arte e diagramação Isabel Gomes Cruz

Revisão de provas Amélia Kossis Ward e

Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)

Simone L. C. Silberschmidt

Produção editorial William Rezende Paiva

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

Rafael de Paula Valverde

Capa Paulo Durão

Imagem de capa (pedras) Thinkstock/Getty Images

Produção gráfica Maíli Rampim

Impressão Assahi Gráfica

Acabamento Assahi Gráfica

ISBN 978-85-02-22944-0

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Feigelson, Bruno

Curso de direito minerário / Bruno Feigelson. —

2. ed. — São Paulo : Saraiva, 2014.

Bibliografia.

1. Direito de minas - Brasil 2. Lavra - Leis e legislação
3. Mineração - Leis e legislação I. Título.

14-07297

CDU-347.249

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito minerário 347.249

Data de fechamento da edição: 8-8-2014

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

133.541.002.001

965536

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS (1ª EDIÇÃO).....	7
APRESENTAÇÃO.....	19
NOTA À 2ª EDIÇÃO.....	21
PRIMEIRA PARTE	
TEORIA DO DIREITO MINERÁRIO	23
1 – COMPREENSÕES BÁSICAS	25
1.1. Natureza jurídica	25
1.2. Fonte do Direito	28
1.3. Direito alienígena	29
1.3.1. África do Sul	30
1.3.2. Austrália	31
1.3.3. Canadá	32
1.3.4. Chile	34
1.3.5. França	35
1.3.6. Peru	36
1.3.7. Colômbia	37
1.4. Histórico do Direito Minerário – Roma e Absolutismo	39
1.5. Histórico do Direito Minerário brasileiro	40
1.6. Aplicação da lei minerária no tempo e no espaço	46
1.6.1. O fato aquisitivo no processo administrativo minerário..	48

2 – ASPECTOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO MINERÁRIO.....	53
2.1. Introdução	53
2.2. Conceito da constitucionalização do Direito	53
2.3. A constitucionalização do Direito Civil	56
2.4. A constitucionalização do Direito Minerário.....	59
2.5. Resolução de antinomias	65
2.6. Conceito de antinomia	65
2.7. O critério do tudo ou nada e a ponderação	66
2.8. Meio ambiente versus mineração	71
2.8.1. Mineração e unidades de conservação	73
3 – PRINCÍPIOS DE DIREITO MINERÁRIO	77
3.1. Introdução	77
3.2. Princípios gerais	77
3.2.1. Legalidade.....	77
3.2.2. Impessoalidade.....	79
3.2.3. Moralidade.....	80
3.2.4. Publicidade	81
3.2.5. Eficiência.....	82
3.2.6. Supremacia do interesse público sobre o privado	84
3.2.7. Princípio da confiança legítima	88
3.2.8. Princípio do devido processo legal e do contraditório..	89
3.3. Princípios específicos.....	92
3.3.1. Função socioambiental da propriedade minerária	92
3.3.2. Dualidade imobiliária.....	95
3.3.2.1. Solo e subsolo	96
3.3.2.2. Jazida e mina.....	97
3.3.3. Propriedade privada dos produtos derivados da mineração..	99
3.3.4. Princípio da Lex Mercatoria	100
3.3.5. Princípio da prioridade	102
4 – NOVO MARCO REGULATÓRIO	107

4.1. Conceito de regulação	107
4.1.1. Especificidades das agências reguladoras independentes ..	110
4.2. Projeto de lei – novo marco regulatório	112
4.3. Conceitos básicos do novo modelo.....	114
4.4. Novos regimes	115
4.4.1. Projeto do Executivo Federal	117
4.4.2. Projeto da comissão especial	118
4.5. Novos personagens da mineração	118
4.5.1. Conselho Nacional de Política Mineral – CNPM	118
4.5.2. Agência Nacional de Mineração – ANM.....	120
4.5.3. CPRM – Serviço Geológico do Brasil	120
4.6. Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM....	120
4.7. Oneração de direitos minerários e títulos de crédito minerários	122
5 – ÓRGÃOS E AUTARQUIAS MINERÁRIAS.....	123
5.1. Ministério de Minas e Energia	123
5.2. DNPM	123
5.2.1. Competência e órgãos do DNPM.....	124
SEGUNDA PARTE	
AQUISIÇÃO PRIMÁRIA.....	127
6 – CONCEPÇÕES PRELIMINARES SOBRE AQUISIÇÃO PRIMÁRIA.....	129
6.1. O direito de prioridade.....	129
6.1.1. Efeitos da prioridade	130
6.1.1.1. Patrimonial	130
6.1.1.2. Obrigacional	131
6.1.1.3. Isonômico.....	132
6.2. Área livre e área em disponibilidade.....	132
6.3. Procedimento de disponibilidade	134
6.4. Critérios gerais para julgamento de propostas	136
6.5. Bloqueio minerário	139

7 – REGIME DE AUTORIZAÇÃO E CONCESSÃO – AUTORIZAÇÃO	145
7.1. Definição de autorização de pesquisa	145
7.2. Condições para a concessão da autorização de pesquisa	146
7.2.1. Assentimento dos órgãos ambientais em áreas especial- mente protegidas	147
7.3. Obtenção de autorização de pesquisa	149
7.4. Indeferimento do requerimento de pesquisa.....	153
7.5. Prazos dos alvarás de pesquisa	156
7.6. Retificação do alvará de pesquisa	158
7.7. Principais obrigações do titular da autorização de pesquisa... 158	
7.7.1. Declaração de Investimento em Pesquisa Mineral – DIPEM	160
7.8. Ação de avaliação e renda.....	161
7.9. Pagamentos da autorização de pesquisa	161
7.10. Relatório final de pesquisa (RFP).....	161
7.11. Renúncia do alvará de pesquisa	163
7.12. Despachos após a pesquisa.....	165
7.13. Adiamento da entrega do relatório de pesquisa	165
7.14. Plano de aproveitamento econômico (PAE).....	166
7.15. Guia de utilização	167
7.16. Prazo de validade da guia de utilização.....	170
7.17. Descoberta de substância mineral diversa	171
7.17.1. Ausência de comunicação.....	172
7.18. Minerais radioativos	173
7.19. Faixa de fronteira.....	175
8 – REGIME DE AUTORIZAÇÃO E CONCESSÃO – CONCESSÃO	179
8.1. Definição da portaria de lavra	179
8.2. Prazo para a concessão de lavra.....	180
8.3. Requerimento de lavra.....	180
8.4. Condições para outorga da concessão de lavra.....	182
8.5. Recusa da outorga da concessão de lavra	183
8.6. Imissão de posse na concessão de lavra.....	185

8.7. Obrigações do concessionário da lavra	186
8.7.1. Relatório anual de lavra (RAL)	187
8.7.1.1. Multa relacionada com o RAL.....	188
8.8. Interrupção, suspensão e renúncia na concessão de lavra	189
8.9. Grupamento mineiro.....	190
9 – REGIME DE PERMISSÃO DE LAVRA GARIMPEIRA	191
9.1. Definição	191
9.2. Característica da permissão de lavra garimpeira.....	193
9.3. Minerais garimpáveis	193
9.4. Estatuto do garimpeiro	194
9.5. Direitos do garimpeiro	194
9.6. Deveres do garimpeiro.....	195
9.7. Entidades de garimpeiros	195
9.8. Contrato de parceria	196
9.9. Obrigações do permissionário de lavra garimpeira.....	197
9.10. Desistência.....	197
10 – REGIME DE REGISTRO DE EXTRAÇÃO.....	199
10.1. Definição	199
11 – REGIME DE LICENCIAMENTO.....	201
11.1. Definição	201
11.2. Do requerimento do registro de licença	202
11.3. Licença municipal	202
11.4. Licença ambiental	203
11.5. Indeferimento do requerimento de registro de licença	204
11.5.1. Recurso contra o indeferimento	205
11.6. Desistência do pedido de registro de licença	206
11.7. Título de licenciamento	206
11.8. Redução da área.....	207
11.9. Englobamento de áreas.....	207

11.10. Da lavra.....	208
11.11. Da prorrogação do registro de licença	208
11.11.1. Indeferimento do pedido de prorrogação	209
11.12. Da extinção do registro de licença	210
11.13. Da mudança de regime.....	211
11.14. Emolumento do regime de licenciamento.....	212
11.15. Comunicação de nova substância	213
11.16. Obrigações do licenciado	213
11.17. Cancelamento do registro de licença	213
11.18. Prazo de validade do título de licenciamento	214
12 – MANIFESTO DE MINA	215
TERCEIRA PARTE	
SUBSTÂNCIAS ESPECIAIS	117
13 – ÁGUA MINERAL.....	219
13.1. Definição	219
13.2. Água mineral, água potável e de mesa e água oligomineral. 219	
13.2.1. Conceito de águas minerais.....	220
13.2.2. Conceito de águas potáveis de mesa	220
13.3. Código de Mineração.....	221
13.4. Código de Águas.....	222
13.5. Regime de exploração das águas	223
13.6. Estâncias que exploram águas minerais e organizações que exploram águas potáveis de mesa	224
13.7. Comércio de água mineral, termal, gasosa, de mesa ou desti- nada a fins balneários	224
13.8. Rótulo	225
13.9. Infrações contra o consumidor de água.....	226
13.10. Classificação das águas e das fontes	226
13.11. Tributação	227
13.12. Competências do órgão técnico especializado do DNPM... 228	
13.13. Proteção das fontes	228

13.14. Comissão permanente de crenologia	231
13.15. Princípio da prioridade	231
13.16. Controle e fiscalização sanitária das águas minerais.....	233
13.17. Preparo de bebidas	235
13.18. Importação e comercialização de água mineral	236
13.19. Garrafão.....	237
13.20. Processo administrativo de exploração das águas	238
13.21. Estudos <i>in loco</i>	238
14 – DEPÓSITO FOSSILÍFERO.....	241
14.1. Definição	241
15 – CARVÃO MINERAL.....	245
15.1. Definição	245
16 – OURO.....	247
16.1. Ativo financeiro	247
16.1.1. Tributação dos ativos financeiros	247
17 – ASBESTO/AMIANTO.....	251
17.1. Definição	251
17.2. Projetos de proibição do amianto	251
18 – DIAMANTE BRUTO.....	255
18.1. Histórico do Processo Kimberley.....	255
18.2. Definição	256
18.3. Sanções	258
18.4. Procedimentos do Processo Kimberley	258
QUARTA PARTE	
PROCESSO MINERÁRIO	261
19 – PROCESSO JUDICIAL	263

19.1. Servidão minerária.....	263
19.1.1. Tutela antecipada na servidão minerária	268
19.1.2. Mineroduto	269
19.1.2.1. Minerodutos versus ferrovias.....	270
19.1.3. Linha de transmissão.....	271
19.2. Avaliação e renda.....	272
19.2.1. Natureza do instituto.....	273
19.2.2. Substituição processual.....	276
19.2.3. Fases da ação de avaliação e renda	278
19.2.4. Valores da renda e da indenização.....	280
20 – PROCESSO ADMINISTRATIVO	281
20.1. Prazos administrativos	281
20.2. Processo administrativo minerário – sigilo.....	281
20.3. Memorial descritivo e planta de situação.....	283
20.4. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)	284
20.5. Lei de processos administrativos	284
20.6. Dos direitos dos administrados.....	285
20.7. Dos deveres do administrado.....	286
20.8. Dos impedimentos e da suspeição	287
20.9. Do recurso administrativo e da revisão	288
21 – SANÇÕES E PENALIDADES.....	291
21.1. Criminal	291
21.1.1. Projeto de alteração da Lei n. 9.605.....	292
21.2. Responsabilidade civil no Direito Minerário.....	293
21.3. Administrativa.....	294
21.3.1. Instrumentos normativos	295
21.3.2. Anulabilidade e nulidades	296
21.3.3. Sanções e nulidade do Código de Mineração	298
21.3.4. A caducidade no Direito Minerário.....	298

QUINTA PARTE

AQUISIÇÃO SECUNDÁRIA 301

22 – AQUISIÇÃO SECUNDÁRIA	303
22.1. Contratos de Direito Minerário	303
22.2. Da cessão e transferência do Direito Minerário.....	304
22.2.1. Da cessão parcial	305
22.2.2. Da cessão e transferência dos requerimentos	306
22.3. A natureza da anuência prévia do DNPM	308
22.3.1. Procedimentos para a anuência.....	310
22.4. Arrendamento.....	311
22.4.1. Indeferimento	312
22.4.2. Prazo do arrendamento	313
22.4.3. Obrigações decorrentes do arrendamento	313
22.5. Garantia em financiamento bancário.....	314
22.6. Operações societárias.....	315
22.7. Consórcio de mineração	317
22.8. A boa-fé e a função social nos contratos minerários	317
22.8.1. Os contornos da boa-fé objetiva.....	318

SEXTA PARTE

COBRANÇAS DO DIREITO MINERÁRIO 321

23 – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MI- NERAIS (CFEM).....	323
23.1. Definição	323
23.2. Natureza jurídica	325
23.3. Inscrição em dívida ativa	327
23.4. CFEM no regime de permissão de lavra garimpeira.....	328
23.5. Pagamento de CFEM indevida.....	329
23.6. Administração, distribuição e utilização da CFEM.....	329

24 – TAXA ANUAL POR HECTARE (TAH)	331
24.1. Definição	331
24.2. Natureza jurídica	332
24.3. Inadimplemento	332
25 – TAXA DE CONTROLE, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PESQUISA, LAVRA, EXPLORAÇÃO E APROVEITAMENTO DE RECURSOS MINERÁRIOS (TFRM)	333
25.1. Definição	333
26 – PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DA LAVRA.....	337
26.1. Definição	337
27 – RENDA	341
27.1. Definição	341
REFERÊNCIAS.....	347